

Florisbal de Souza Del'Olmo
Augusto Jaeger Junior

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

12ª edição

Inteiramente revista e atualizada
conforme o **Novo Código de Processo Civil**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2017 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Fechamento desta edição: 11.11.2016

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

D422d

Del'Olmo, Florisbal de Souza, 1941 –

Curso de direito internacional privado / Florisbal de Souza Del'Olmo, Augusto Jaeger Junior.
12. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7320-9

1. Curso de direito internacional privado. I. Título

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo I – Noções Fundamentais e Objeto do Direito Internacional Privado	1
1.1 Considerações iniciais	1
1.2 Conceito	2
1.3 Objeto	3
1.4 Normas de DIPr na Constituição Federal de 1988	4
1.5 Direitos adquiridos	5
1.6 Direito Internacional Privado e Direito Internacional Público	6
1.7 Direito Internacional Privado e Direito Comparado	6
Resumo	7
Questões propostas	8
Capítulo II – Esboço Histórico do Direito Internacional Privado	9
2.1 Considerações iniciais	9
2.2 Grécia	10
2.3 Roma	10
2.4 Feudalismo	11
2.5 Glosadores e escolas estatutárias	12
2.6 Codificação	14
2.7 Doutrinas modernas	14
Resumo	15
Questões propostas	17
Capítulo III – Denominação e Método de Direito Internacional Privado e a Disciplina no Brasil	19
3.1 Considerações iniciais	19
3.2 Denominação	19
3.3 Autonomia do DIPr	20
3.4 Método	21
3.5 Direito Internacional Privado no Brasil	22
3.5.1 Primeiros tempos	22
3.5.2 Augusto Teixeira de Freitas	22
3.5.3 José Antônio Pimenta Bueno	23
3.5.4 Notáveis tratadistas	23
3.5.5 Atualidade do DIPr brasileiro	24
3.6 Considerações finais	25
Resumo	26
Questões propostas	28

Capítulo IV – Fontes do Direito Internacional Privado	29
4.1 Considerações iniciais	29
4.2 Lei	30
4.3 Tratados	30
4.4 Doutrina	32
4.5 Jurisprudência	33
4.6 Costumes	33
Resumo	33
Questões propostas	34
Capítulo V – Teoria das Qualificações	35
5.1 Considerações iniciais	35
5.2 Teorias existentes	36
5.3 Qualificações no Brasil	37
5.4 Casos clássicos	37
5.5 Questões prévias	39
Resumo	40
Questões propostas	41
Capítulo VI – Elementos de Conexão	43
6.1 Considerações iniciais	43
6.2 Classes de elementos de conexão	44
6.3 Conexões pessoais	45
6.3.1 Domicílio	46
6.3.2 Nacionalidade	46
6.3.3 Residência habitual	47
6.4 Conexões reais	48
6.4.1 <i>Lex rei sitae</i>	48
6.5 Conexões voluntárias	49
6.5.1 Autonomia da vontade	49
Resumo	50
Questões propostas	51
Capítulo VII – Aplicação, Prova e Interpretação do Direito Estrangeiro	53
7.1 Considerações iniciais	53
7.2 Aplicação direta da lei estrangeira	53
7.3 Retorno	55
7.3.1 Caso Forgo	57
7.4 Limites à aplicação da lei estrangeira	57
7.4.1 Ordem pública	58
7.4.2 Fraude à lei	59
7.4.3 <i>Favor negotii</i>	60
7.4.4 <i>Prélèvement</i>	60
7.4.5 Instituições desconhecidas	61
7.4.6 Instituições abomináveis	62
Resumo	62
Questões propostas	64
Capítulo VIII – Competência e Cooperação Jurídica Internacionais	65
8.1 Considerações iniciais	65

8.2 Conceito e objeto.	66
8.3 Princípios e fontes do DPCI.	68
8.4 Competência internacional na legislação brasileira.	69
8.5 Imunidade de jurisdição.	72
8.5.1 Imunidade absoluta.	73
8.5.2 Imunidade relativa.	73
8.6 Jurisprudência brasileira.	73
8.7 Cooperação Jurídica Internacional.	75
8.8 Considerações finais.	78
Resumo.	78
Questões propostas.	81
Capítulo IX – Homologação de Sentença Estrangeira.	83
9.1 Considerações iniciais.	83
9.2 Fundamentos.	84
9.3 Documentos estrangeiros: cartas rogatórias.	85
9.4 Sentenças estrangeiras homologáveis.	86
9.4.1 Conceituação.	86
9.4.2 Decisões passíveis de homologação.	87
9.4.3 Sistemas de homologação.	88
9.4.4 Delibação.	89
9.4.5 Órgãos homologadores, pressupostos e rito na Justiça brasileira.	90
9.4.6 Sentença homologanda <i>versus</i> lide na Justiça brasileira.	92
9.5 Convenção da ONU sobre prestação de alimentos no estrangeiro.	92
9.6 Legislação brasileira.	93
9.7 Jurisprudência brasileira.	93
9.8 Adesão do Brasil à Convenção de Apostila, de Haia, 1961.	96
9.9 Considerações finais.	97
Resumo.	99
Questões propostas.	101
Capítulo X – Nacionalidade.	103
10.1 Considerações iniciais.	103
10.2 Interdisciplinaridade.	104
10.3 Nacionalidade originária.	105
10.3.1 <i>Jus sanguinis</i>	105
10.3.2 <i>Jus soli</i>	106
10.4 Nacionalidade secundária ou naturalização.	106
10.5 Conflitos de nacionalidade.	109
10.5.1 Plurinacionalidade.	109
10.5.2 Anacionalidade.	110
10.6 Nacionalidade no ordenamento jurídico brasileiro.	112
10.7 Perda da nacionalidade.	115
10.7.1 Caso Claudia Hoerig.	118
Resumo.	121
Questões propostas.	123
Capítulo XI – Condição Jurídica do Estrangeiro.	125
11.1 Considerações iniciais.	125
11.2 Ingresso e permanência.	125

11.2.1 Passaporte	126
11.2.2 Visto	127
11.3 Afastamento compulsório	129
11.3.1 Institutos em desuso	129
11.3.2 Expulsão	130
11.3.3 Deportação	131
11.3.4 Diferenças entre expulsão e deportação	133
11.3.5 Extradicação: conceito e classificação	133
11.3.6 Extradicação de nacionais	135
11.3.7 Requisitos e limites da extradicação	135
11.3.8 Caso Pinochet	137
11.3.9 Extradicação na ordem jurídica brasileira	138
11.3.10 Tratados de extradicação firmados pelo Brasil	138
11.3.11 Diferenças dos demais institutos	140
11.4 Jurisprudência brasileira	141
11.5 Projeto de nova Lei de Migrações (PL n. 2.516/2015)	143
Resumo	145
Questões propostas	148
Capítulo XII – Pessoas no Direito Internacional Privado	149
12.1 Considerações iniciais	149
12.2 Personalidade	150
12.2.1 Começo da personalidade	150
12.2.2 Término da personalidade	151
12.3 Comoriência	151
12.4 Ausência	152
12.5 Poder familiar	153
12.6 Tutela	154
12.7 Curatela	155
12.8 Ação de alimentos	155
Resumo	156
Questões propostas	157
Capítulo XIII – Direito de Família e Direito Internacional Privado	159
13.1 Direito de Família	159
13.2 Casamento e conflito de leis no espaço	160
13.3 Normas brasileiras sobre casamento	161
13.3.1 Capacidade	161
13.3.2 Impedimentos e formalidades	162
13.3.3 Casamento por procuração	164
13.3.4 Casamento no consulado	165
13.3.5 Nulidade do casamento	166
13.3.6 Regime de bens	166
13.4 Divórcio	168
13.5 Casamento entre pessoas do mesmo sexo	171
13.6 Jurisprudência brasileira	171
Resumo	173
Questões propostas	175

Capítulo XIV – Adoção Internacional	177
14.1 Considerações iniciais	177
14.2 Conceituação	177
14.3 Importância e atualidade	178
14.4 Adoção como resgate de crianças sem assistência	179
14.5 Adoção internacional	180
14.6 Documentos sobre adoção internacional e a Convenção de 1993	181
14.7 Adoção no ordenamento jurídico brasileiro e a adesão à Convenção de 1993	183
14.8 Noções básicas sobre adoção	185
14.9 Brasil como país de origem do menor adotado	187
14.10 Organismos credenciados	190
14.11 Brasil como país de acolhida do menor adotado	191
14.12 Adoção internacional e nacionalidade	192
14.13 Caso João Herbert	195
14.14 Caso das meninas da Guiné-Bissau	195
14.15 Considerações finais	196
Resumo	196
Questões propostas	200
 Capítulo XV – Direito das Sucessões e Direito Internacional Privado	201
15.1 Considerações iniciais	201
15.2 Sucessão e conflito de leis no espaço	202
15.3 Elementos de conexão	202
15.4 Sucessão legítima	204
15.5 Sucessão testamentária	205
15.6 Considerações finais	207
Resumo	208
Questões propostas	209
 Capítulo XVI – Direito das Obrigações e Direito Internacional Privado	211
16.1 Considerações iniciais	211
16.2 Obrigações na esfera internacional	212
16.3 Autonomia da vontade	214
16.4 Novos elementos de conexão	220
16.5 Normas brasileiras	224
16.6 Adesão do Brasil à Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias – Convenção de Viena de 1980	227
Resumo	230
Questões propostas	232
 Capítulo XVII – Direito do Consumidor e Direito Internacional Privado	235
17.1 Considerações iniciais	235
17.2 Consumidor no ordenamento jurídico brasileiro	236
17.3 Consumidor no DIPr	237
17.4 Proteção do consumidor nas Américas	239
17.4.1 Projeto de CIDIP de proteção do consumidor	240
17.5 Consumidor à luz da LINDB	240
17.5.1 Proposta de adequação da LINDB ao consumidor	241
17.6 Caso Panasonic	241
17.6.1 Ementa do caso	242

17.7 Considerações finais	243
Resumo	243
Questões propostas	246
Capítulo XVIII – Direito Empresarial e Direito Internacional Privado	247
18.1 Considerações iniciais	247
18.2 Sociedade estrangeira e direito brasileiro	248
18.3 Sociedade binacional	251
18.4 Estabelecimento	253
18.5 Capacidade para exercer a atividade empresarial	254
18.6 Legislação brasileira e direito empresarial internacional	255
18.7 Falência e recuperação empresarial	255
18.8 Falência internacional	256
Resumo	257
Questões propostas	259
Capítulo XIX – Direito da Concorrência e Direito Internacional Privado	261
19.1 Considerações iniciais	261
19.2 Concorrência e Direito da Concorrência	262
19.3 Defesa da concorrência no Brasil	264
19.4 Abuso do poder econômico em um mercado relevante	266
19.5 Concorrência internacional: algumas reflexões	268
19.6 Concorrência no Mercosul e na União Europeia	269
19.7 Liberdades econômicas fundamentais	272
19.8 Normas de conflito presentes em legislações concorrenciais e de direito internacional privado	273
19.9 Considerações finais	277
Resumo	277
Questões propostas	279
Capítulo XX – Direito das Coisas e Direito Internacional Privado	281
20.1 Considerações iniciais	281
20.2 Qualificação dos bens móveis e imóveis	282
20.3 Direito das coisas no ordenamento jurídico brasileiro	283
20.4 Direitos reais e conflito de leis no espaço	284
20.5 Referências especiais sobre alguns direitos reais	285
20.6 Regras de DIPr em outras ordens jurídicas	287
Resumo	288
Questões propostas	289
Capítulo XXI – Propriedade Intelectual e Direito Internacional Privado	291
21.1 Considerações iniciais	291
21.2 Propriedade intelectual	292
21.2.1 Histórico	292
21.2.2 Importância na atualidade	293
21.3 Propriedade intelectual no Brasil	294
21.3.1 Medicamentos	295
21.3.2 Caso Efavirenz	296
21.4 Organização Mundial da Propriedade Intelectual	297
21.5 Convenções internacionais	297

21.5.1 TRIPs.....	298
21.6 Direito Internacional Privado e Propriedade Intelectual	299
21.7 DIPr brasileiro da Propriedade Intelectual	301
21.8 Considerações finais	302
Resumo	302
Questões propostas	305
Capítulo XXII – Direito do Trabalho e Direito Internacional Privado.....	307
22.1 Considerações iniciais	307
22.2 Direito Internacional Privado do Trabalho.....	308
22.3 Justiça competente	309
22.4 Contrato individual de trabalho e conflito interestapacial	310
22.5 Emprego da <i>lex loci executionis</i> ou <i>lex loci laboris</i>	310
22.6 Mercosul e harmonização das normas trabalhistas entre os países.....	312
22.7 Casos de conflitos trabalhistas interestapaciais	312
22.8 Ementas de lides interestapaciais	313
Resumo	317
Questões propostas	318
Capítulo XXIII – União Europeia.....	319
23.1 Globalização da economia e formação de blocos continentais	319
23.2 Processo de integração dos Estados europeus	319
23.3 Instituições da União Europeia	322
23.3.1 Conselho Europeu	322
23.3.2 Comissão	323
23.3.3 Conselho da União Europeia	324
23.3.4 Parlamento Europeu	324
23.3.5 Tribunal de Contas	325
23.3.6 Tribunal de Justiça da União Europeia.....	325
23.3.7 Comitê Econômico e Social	326
23.3.8 Comitê das Regiões	327
23.3.9 Banco Central Europeu.....	327
23.4 Ordenamento jurídico comunitário.....	328
23.5 Supranacionalidade na União Europeia	328
23.6 Cidadania europeia.....	329
23.7 Liberdades econômicas fundamentais.....	329
23.8 Europeização do Direito Internacional Privado	330
23.9 Considerações finais	331
Resumo	333
Questões propostas	336
Capítulo XXIV – Mercosul.....	337
24.1 Antecedentes históricos	337
24.2 ALALC e ALADI	338
24.3 Conceitos básicos	339
24.4 Mercado Comum do Sul – Mercosul	340
24.5 Tratado de Assunção	341
24.6 Protocolo de Ouro Preto	342
24.7 Relacionamento com o exterior	343
24.8 Período do sucesso	344

24.9 Crise do Mercosul	345
24.10 Venezuela como membro pleno	347
24.11 Solução de controvérsias no Mercosul	349
24.12 Fragilidade institucional	350
24.13 Direito processual civil internacional do Mercosul	352
24.14 Harmonização das regras materiais	353
24.15 Parlamento do Mercosul	354
24.16 Considerações finais	356
Resumo	356
Questões propostas	360
Bibliografia	361
Anexos	377

Acesso ao material complementar no *site* do Grupo GEN (<http://grupogen.com.br>)